



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE
CÂMARA MUNICIPAL

PROPOSTA

De: Presidente da Câmara
Luis Miguel Franco (Dr.)

Para: Reunião de Câmara

Tomada de Posição “ Mais e Melhores Cuidados de Saúde no Concelho de Alcochete”

O direito à Saúde é um direito fundamental de todo o ser humano inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A sua concretização foi uma importante conquista de Abril, com a consagração na Constituição da República Portuguesa de 1976 do direito a todos à protecção da Saúde, realizado através da criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) universal, geral e gratuito, atribuindo ao estado a responsabilidade pela garantia do acesso à prestação de cuidados a todos os cidadãos independentemente da sua condição económica.

Em 1979, a Lei n.º56/79, de 15 de Setembro cria o Serviço Nacional de saúde cuja missão consiste na prestação de cuidados de saúde a todos os que dele necessitem, nas vertentes da prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e cuidados de fim de vida.

O cumprimento deste imperativo implica a existência de serviços de saúde a funcionar plenamente, distribuídos pelo território nacional prestando cuidados de grande qualidade técnica e organizativa, verdadeiramente acessíveis a todos os cidadãos.

O Concelho de Alcochete, neste contexto legal e organizativo, deve integrar uma rede de instituições públicas prestadoras de cuidados de saúde de qualidade que sejam capazes de garantir simultaneamente a proximidade da prestação, a diferenciação técnica e uma adequada integração dos vários níveis de cuidados de forma a assegurar os direitos dos cidadãos.

As Unidades de Cuidados de Saúde personalizados (UCSP) sendo por excelência a porta de entrada e o elo de ligação entre os cidadãos e o SNS, assumem e protagonizam importantes funções de promoção de Saúde e prevenção da doença, de prestação de cuidados e de articulação com os restantes serviços de saúde.

Para que as UCSP cumpram o seu papel de proximidade e qualidade é fundamental o investimento nestas estruturas, dotando-as dos meios técnicos, logísticos e humanos necessários ao seu funcionamento, designadamente o número de médicos, de enfermeiros e de outros profissionais de saúde, bem como de instalações adequadas, para que seja possível garantir a todos os cidadãos e famílias o acesso a uma equipa de saúde familiar.



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROPOSTA

Contrariamente ao estabelecido, o Concelho de Alcochete é caracterizado pela cada vez menor existência de condições físicas e humanas e um aumento do universo de utentes sem médico de família.

Apesar de ser o quinto concelho que mais cresceu demograficamente entre CENSOS (2001-2011), cerca de 35% (6149 novos munícipes) as respostas na área da Saúde não acompanharam este crescimento. Ao invés, diminuíram.

Foram encerradas extensões de saúde, agravando-se ainda mais o acesso aos cuidados de saúde dos cidadãos mais desprotegidos, quer por condições económicas, quer por questões de idade e dificuldade de mobilidade e transporte. Referimo-nos concretamente à extensão da UCSP de Alcochete na freguesia de São Francisco, encerrada em 2010 e mais recentemente a extensão da mesma UCSP no lugar do Passil.

Também o número de profissionais – médicos e enfermeiros – tem vindo a diminuir. Traduzindo-se, tal facto, na redução do número de consultas e na redução dos horários de prestação de cuidados de enfermagem. Em números concretos são já mais de 6500 utentes sem médico de família e para os quais não há qualquer perspectiva de afetar um médico, de forma a cumprir os rácios legalmente definidos.

A insuficiente prestação de cuidados médicos no Concelho de Alcochete deve-se exclusivamente a políticas erradas, levadas a cabo por sucessivos governos.

Contrariamente, o município de Alcochete tem pautado a sua atuação por uma total disponibilidade na resolução e construção de soluções que facilitem e melhorem os cuidados de saúde no Concelho. Desde logo com a cedência de terrenos para a construção do edifício que acolhe a UCSP de Alcochete e a extensão desta na freguesia do Samouco. Nesta freguesia, o município, atendendo às péssimas condições de acessibilidade e segurança do então edifício onde funcionava a extensão de saúde, substituiu-se ao governo central, realizando a obra de construção da atual extensão de Saúde, inaugurada em junho de 2011. Estando até este momento a aguardar o pagamento dos cerca de 406 mil euros por parte do Ministério da Saúde.

Por tudo o que acima foi dito, exige-se:

- 1- A reabertura imediata das Extensões de Saúde no lugar do Passil e na freguesia de São Francisco;
- 2- A colocação de mais médicos em todas as Extensões de Saúde;
- 3- A colocação de mais enfermeiros em todas as Extensões de Saúde;
- 4- A retoma dos programas de Saúde e das Consultas de Especialidade;



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROPOSTA

5-A elaboração dos estudos necessários à construção de um Hospital Montijo/Alcochete;

6-O pagamento da construção da Extensão de Saúde na freguesia do Samouco.

Assim, e em conformidade com a situação descrita, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

- 1 – Pedir audiência ao senhor Ministro da Saúde;
- 2 – Pedir audiência à comissão de saúde da Assembleia da República;
- 3 – Desencadear um processo de participação da população em defesa da Saúde no Concelho de Alcochete, nomeadamente, através de um abaixo-assinado.

Paços do Município de Alcochete, 29 de fevereiro de 2016

O PROPONENTE

Aprovado em minuta, na reunião de ___ / ___ / ___, para efeitos do disposto do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O PRESIDENTE DA CÂMARA
